

**CONTRATO Nº 010/2015, CELEBRADO
ENTRE O SERVIÇO DE LIMPEZA
URBANA DO DISTRITO FEDERAL –
SLU/DF E A EMPRESA GESTEMAQ,
COMÉRCIO E SERVIÇOS DE
EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA, NOS
TERMOS ABAIXO:**

Processo nº: 094.000.589/2015.

O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU/DF, ente autárquico distrital, CNPJ nº. 01.567.525/0001-76, sediado no SCS, Q. 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2.000, 9º andar, Brasília-DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado legalmente neste ato por **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, divorciada, portadora da CI nº M-417.159 SSP/MG, CPF nº 232.529.956-20, residente e domiciliada nesta capital, na qualidade de Diretora-Geral e por seu Diretor de Administração e Finanças, **RONOILTON GONÇALVES**, brasileiro, divorciado, portador da CI nº 326.076 SSP/DF e CPF nº 096.984.421-20, domiciliado e residente nesta capital e a empresa **GESTEMAQ, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA** CNPJ nº: 03.624.962/0001-00, com sede na SHCE/S Quadra. 209, Bloco “C”, Lote 01, Loja 15, Cruzeiro Novo – Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **SALOMÃO ASSIS DA ROCHA CALVACANTE**, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da CI nº 2.192.886 SSP/DF e CPF nº 003.930.621-63, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Sócio, considerando a homologação do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2015 – PE/SLU/DF, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pelas Leis Distritais nºs. 4.611/2011; 4.794/2002; 4.799/2012, pelos Decretos Distritais nºs. 23.460/2002; 25.966/2005; 35.592/2014 e 26.851/2006 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.450/2005 no que couber e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 07/2015 – PE/SLU – DF, às fls. 94 a 112, da Proposta de fls. 117/118, do Termo de Referência, às fls. 101v a 105, do processo em epígrafe, que passam a integrar este Instrumento e da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em 25 (vinte e cinco) aparelhos de ar condicionado, pertencentes ao patrimônio desta Autarquia, com reposição de peças e componentes, se necessários.

Parágrafo Primeiro - Os serviços objeto deste Instrumento contemplarão os equipamentos a seguir:

<u>ITEM</u>	<u>TOMB.</u>	<u>QUANT.</u>	<u>MARCA</u>	<u>MODELO</u>	<u>POTÊNCIA</u>	<u>LOCALIZAÇÃO</u>
01	017070	01	LG	SH061FA	6.000	GEPES
02	017071	01	LG	SH061FA	6.000	NUCOT
03	017075	01	KOMECO	KOS09FC	6.000	NUALM
04	017078	01	KOMECO	KOS12FC	12.000	DIGET
05	017091	01	ELECTROLUX	SH061FA	24.000	DIGER
06	021773	01	ELECTROLUX	SPLIT	12.000	DIAFI
07	021774	01	ELECTROLUX	SPLIT	12.000	PROJUR
08	021775	01	ELECTROLUX	SPLIT	12.000	GELIC
09	021776	01	ELECTROLUX	SPLIT	12.000	ASPLA
10	021777	01	ELECTROLUX	SPLIT	12.000	NUDOC
11	021778	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUPAT
12	021779	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	ASCOM
13	021780	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUMAP
14	021781	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUCAQ
15	021782	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	DILUR

16	021783	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	DIGET
17	021784	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUCOM
18	021785	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	DIGER
19	021786	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	OUVIR
20	021787	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	DIGER
21	021788	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUMAP
22	021789	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUPAT
23	021790	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	NUDOC
24	021791	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	DIGET
25	021792	01	ELECTROLUX	SPLIT	18.000	DIGER

Parágrafo Segundo – Dos locais para a execução dos serviços e vistoria preliminar

- I. O atendimento técnico para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dar-se-á na Administração Central do SLU, Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado desta Autarquia.
- II. Os equipamentos cujas necessidades de manutenção corretiva impliquem em sua retirada para o Laboratório da CONTRATADA, o seu representante deverá assinar o Termo de Responsabilidade na retirada do bem patrimonial e o Relatório Técnico.

Parágrafo Terceiro – Da Descrição Dos Serviços

A CONTRATADA executará os serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes, nos equipamentos de propriedade da CONTRATANTE.

- I. **Manutenção corretiva:** Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos, recolocando o equipamento defeituoso em perfeitas condições de uso, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, ajuste e reparos, testes de calibração, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, aspiração na parte interna dos equipamentos;
- II. A manutenção corretiva será realizada nos equipamentos que apresentarem defeitos, mediante abertura de chamado técnico por parte da CONTRATANTE, com finalidade de recolocá-los em perfeitas condições de uso, em conformidade com o estabelecido em Contrato e pelos manuais e normas técnicas específicas;
- III. Atender as chamadas para manutenção corretiva no prazo máximo de 06 (seis) horas, contados da comunicação feita pelo responsável da CONTRATADA;

- IV. O atendimento será em horário comercial, todos os dias da semana, excluindo-se, sábados, domingos e feriados;
- V. As peças ou componentes de equipamentos que apresentarem defeitos ou problemas técnicos deverão ser substituídos por materiais novos e originais mediante a aprovação da CONTRATANTE, por intermédio do executor do contrato.
- VI. Caso o defeito não seja solucionado no prazo de 24 (vinte quatro) horas, a contar da hora do efetivo atendimento, o equipamento deverá ser substituído por um equivalente, de propriedade da CONTRATADA, até que o equipamento defeituoso retorne em perfeitas condições de funcionamento, num prazo de 30 (trinta) dias;
- VII. Todas as peças componentes necessários à prestação de serviços, bem como todo material de consumo/suprimentos utilizados na manutenção, seja ela preventiva ou corretiva, serão fornecidos pela CONTRATADA, e passarão a ser de propriedade da CONTRATANTE;
- VIII. A CONTRATADA deverá garantir os serviços executados, que incluam substituição de peças e componentes, decorrentes da manutenção, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, após o término do contrato;
- IX. A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do executor do contrato, solicitar a apresentação de comprovação de procedência das peças e componentes utilizados nos serviços do contrato;
- X. **Manutenção Preventiva:** Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, uma calibração, ajustes, testes e revisões que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante dos mesmos.
1. A manutenção preventiva será efetivada pela CONTRATADA, de Segunda a Sexta feira, no horário do expediente da CONTRATANTE, de 08h00 as 18h00, e será realizada mensalmente, conforme cronograma e compreende:
- 1.1 Limpeza interna e externa: tanto do aparelho quanto das bandejas, filtros, serpentinas, condensadora, evaporadora, painel e outros. A limpeza da serpentina deve compreender a aplicação direta do produto na eliminação de fungos e bactérias sendo, esse produto, homologado pelo Ministério da Saúde. Os produtos utilizados na limpeza devem ser biodegradáveis e ter em sua preparação os seguintes componentes: Tenso ativos não iônicos, sequestrantes especiais, agentes coadjuvantes e água;
- 1.2 Lubrificação e ajustes: para prevenir problemas posteriores por falta de conservação; e

1.3 Verificação da parte elétrica do aparelho e da rede que alimenta o mesmo.

2. O cronograma de que trata o item anterior, deverá ser apresentado formalmente, pela CONTRATADA, no prazo de até, 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, e deverá contemplar todos os equipamentos e localidades, informados no subitem 1.2 do Termo de Referência.

Cláusula Terceira – Do valor e da Dotação Orçamentária

Parágrafo Primeiro - Dos valores unitários

<u>DESCRIÇÃO DAS PEÇAS</u>	<u>QUANTIDADE</u> <u>E</u>	<u>VALOR</u> <u>MENSAL</u> <u>UNITARIO RS</u>	<u>VALOR ANUAL</u> <u>UNITARIO RS</u>
Capacitor 30 MFP	01	13,40	160,80
Capacitor 5 MFP	01	9,35	112,20
Placa Eletrônica com Sensor	01	188,02	2.256,24
Controle Remoto sem fio	01	91,89	1.102,68
Hélice Plástica	01	48,29	579,48
Turbina Plástica	01	83,54	1.002,48
Motor Ventilador ¼ HP	01	114,38	1.372,56
Motor Ventilador	01	107,10	1.285,20
Compressor Rotativo 9.000 BTU'sh	01	280,35	3.364,20
Compressor Rotativo 12.000 BTU'sh	01	303,71	3.644,52
Compressor Rotativo 18.000 BTU'sh	01	307,60	3.691,20
Compressor Rotativo 24.000 BTU'sh	01	383,45	4.601,40
Filtro de Ar MINI-SPRITE	01	11,21	134,52
Filtro Secador	01	20,81	249,72
Contactadora	01	60,74	728,88
Gás R-22	01	140,17	1.682,04
Solda Phoscooper	01	39,88	478,56
Nitrogênio	01	11,21	134,52
Acetileno	01	36,86	442,32
Oxigênio	01	42,06	504,72
Tubo de cobre flexível ¼ (metro)	01	20,24	242,88
Produto Químico	01	33,06	396,72
Fita de Acabamento SILVER TAPE	01	11,21	134,52
Evaporador	01	311,50	3.738,00
Condensador	01	467,25	5.607,00

Capilar	01	5,91	70,92
VALOR TOTAL		3.143,19	37.718,28
(*) os valores das peças/acessórios informados acima dizem respeito ao preço unitário, mas o valor total estimado atribuído diz respeito às peças que poderão ser substituídas no decorrer da execução do contrato, no período de 01 (um) ano.			

PEÇAS (*)		MÃO DE OBRA		TOTAL ANUAL
MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL	
R\$ 3.143,19	R\$ 37.718,28	R\$ 1.105,82	R\$ 13.269,84	R\$ 50.988,12

Parágrafo Segundo – Do valor do contrato

- I. O valor mensal estimado para o contrato é de R\$ 3.143,19 (três mil, cento e quarenta e três reais e dezenove centavos) para a reposição de peças, quando necessário e de R\$ 1.105,82 (hum mil, cento e cinco reais e oitenta e dois centavos), para a mão de obra; perfazendo um valor mensal estimado em R\$ 4.249,01 (quatro mil, duzentos e quarenta e nove reais e um centavos).
- II. O valor anual estimado é de R\$ 50.988,12 (cinquenta mil, novecentos e oitenta e oito reais e doze centavos).

Parágrafo Terceiro – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Governo do Distrito Federal, consignada no orçamento do SLU:

- I. Unidade Orçamentária: 22214
- II. Programa de Trabalho: 15.122.6006.8517.9762
- III. Natureza da Despesa: 33.90.30 e 33.90.39
- IV. Fonte da Despesa: 100

O empenho inicial é de R\$ 3.143,19 (três mil cento e quarenta e três reais e dezenove centavos), para a reposição de peças, conforme Nota de Empenho nº 2015NE00550, emitida em 08/10/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo e R\$ 2.764,55 (dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para a mão de obra, conforme Nota de Empenho nº 2015NE00551, emitida em 08/10/2015 sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Parágrafo Quarto – Do reajuste

- I. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, mediante provocação da CONTRATADA, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, observando o interregno de 12 (doze) meses, desde que o novo valor seja compatível com os preços de mercado.



- II. O índice estabelecido, visando ao cumprimento do Decreto Distrital nº 36.246, de 02 de janeiro de 2015.

Cláusula Quarta– Do pagamento

- I. Para que seja efetivado o pagamento será verificada a regularidade fiscal da contratada junto ao SICAF e a regularidade trabalhista junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, ou por meio da apresentação de documentos hábeis.
1. Os documentos mencionados no item anterior serão obtidos pelo executor do contrato, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, será verificada mediante consulta às páginas eletrônicas oficiais disponíveis.
 2. A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, caso o SICAF esteja desatualizado:
 - a) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
 - b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/1990);
 - c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal; e
 3. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.
- II. O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- III. Passados 15 (quinze) dias sem o devido pagamento por parte do SLU, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC do mês anterior da apresentação da fatura.
- IV. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

- V. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
1. a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
 2. se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SLU, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- VI. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei n.º 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei n.º 8.666/1993.
- VII. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

Cláusula Quinta – Da assinatura do contrato e da garantia contratual

- I. Depois de homologado o resultado do Pregão, a CONTRATADA será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- II. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SLU/DF.
- III. A CONTRATADA deverá garantir os serviços executados, que incluam substituição de peças e componentes decorrentes da manutenção, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, mesmo após o término contrato.
- IV. Os componentes substituídos deverão estar cobertos pela garantia do fabricante, sendo mínima de 90 (noventa) dias, passando a fazer parte do presente contrato sem ônus adicional para a esta Autarquia.

Parágrafo Único – Da caução

- I. Conhecidos o resultado da licitação e a ordem de classificação das licitantes, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, a CONTRATADA prestará garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato.

- a) A garantia de que trata o item anterior, deverá ser recolhida no Núcleo de Tesouraria do SLU.
- II. A garantia, a critério da CONTRATADA, se fará mediante escolha por uma das seguintes modalidades:
- a) Caução: em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - b) Seguro-garantia; ou
 - c) Fiança bancária.
- III. A modalidade de seguro garantia deverá seguir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em especial a Circular SUSEP n.º 477, de 30 de setembro de 2013.
- IV. Nos casos das modalidades constantes das alíneas “b” ou “c” do item anterior, deverão ser observadas as seguintes disposições:
- a) A validade mínima da garantia deverá cobrir 03 (três) meses, além do prazo pactuado para a vigência contratual.
 - b) Deverá assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como garantir o reembolso ou o pagamento das indenizações, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios que a CONTRATANTE venha a ser condenada, direta, solidariamente ou subsidiariamente à CONTRATADA, resultantes de ações trabalhistas diretas, restrita ao âmbito da relação da CONTRATADA com o autor/reclamante, ou que caracterize tal relação empregatícia como passível de execução fiscal/trabalhista, durante o período em que o autor/reclamante prestou, ou ainda esteja prestando, serviços nas dependências da CONTRATANTE, restrito ao período de vigência da apólice ou da fiança.
 - c) A inadimplência da CONTRATADA quanto à execução do contrato principal e seus aditivos, que ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice ou fiança e a expectativa e/ou a reclamação de dano por inadimplência contratual deverão ser comunicadas pela CONTRATANTE à Seguradora ou banco fiador, imediatamente após o seu conhecimento, observando que o prazo limite para tal reclamação será a data do final de vigência da apólice ou fiança, ressalvado o disposto na alínea “d” deste item.
 - c.1) A expectativa de dano por inadimplência contratual ocorrerá quando a CONTRATANTE tomar conhecimento de indícios de inadimplência na execução do contrato, devendo notificar extrajudicialmente a CONTRATADA, concedendo-lhe

prazo para regularização, enviando cópia para a Seguradora ou Banco fiador. Esgotado o prazo para regularização sem que esta tenha se efetivado, a CONTRATANTE comunicará o fato imediatamente à seguradora ou ao banco fiador para oficializar a reclamação do dano por inadimplência contratual.

c.2) Comprovada a inadimplência da CONTRATADA, em relação às obrigações cobertas pela apólice e/ou fiança, que foram objetos de comunicação de expectativa de dano por inadimplência contratual e/ou reclamação, tornar-se-á exigível a garantia do seguro ou fiança.

- d) Os danos por inadimplência contratual referente à cobertura de riscos trabalhistas, bem como eventual dívida fiscal/trabalhista, poderão ser reclamados, desde que a ação tenha sido distribuída pelo autor/reclamante até o limite de 02 (dois) anos após a extinção do contrato principal garantido pela seguradora ou banco e/ou após o término de vigência do seguro ou fiança, o que ocorrer primeiro.
- V. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas, devendo a apólice de seguro-garantia ou carta fiança fazer constar tal responsabilidade.
- VI. A garantia, ou seu saldo, será liberada após a execução do contrato e desde que integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas. Quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- VII. No caso de utilização da garantia, para cobrir eventuais multas e/ou para o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização cabível, a CONTRATADA providenciará o reforço da garantia no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo da garantia, em caso de prorrogação do Contrato, até 01 (um) mês após o final do prazo de execução.
- VIII. No caso de a CONTRATADA não cumprir o disposto no item anterior, poderá ter os pagamentos retidos até a regularização da situação, podendo inclusive ter o contrato rescindido.
- IX. Por ocasião do reajustamento/repactuação de preços, caso previsto, a CONTRATADA providenciará o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido.
- X. A garantia contratual somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento

dessas verbas trabalhistas, diretamente pelo CONTRATANTE aos prestadores de serviços.

- XI. As cartas de fianças emitidas por consultorias empresariais ou qualquer fidejussória ofertada por entidades não cadastradas como instituição bancária pelo Banco Central do Brasil não servem para os fins do artigo 56, §1º, III, da lei nº 8.666/1993. (Parecer nº 110/2014-PROCAD/PGDF).

Cláusula Sexta – Da vigência do Contrato

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses; prorrogável conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Oitava – Das obrigações

Parágrafo Primeiro - Constitui obrigações do SLU/DF

- I. Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA o livre acesso aos equipamentos, proporcionando todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar o serviço;
- II. Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou os defeitos apresentados durante o funcionamento dos equipamentos, notificando a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço;
- III. Colocar à disposição da CONTRATADA as informações técnicas disponíveis sobre os equipamentos, referente aos serviços anteriormente executados;
- IV. Permitir a execução dos serviços no laboratório da CONTRATADA sempre que houver necessidade de reparos no local da instalação. Nesse caso, as despesas de transporte de equipamentos correrão por conta da CONTRATADA;
- V. Consertar os defeitos em instalações físicas e elétricas dos locais de instalação dos aparelhos, após apresentação de prova técnica incontestável pela empresa CONTRATADA, OBS: se for o caso;
- VI. Arcar com danos acarretados nos aparelhos por variações elevadas de energia elétrica, descuido dos usuários, queima por descarga de raios e acidente após apresentação de prova técnica incontestável pela empresa CONTRATADA, se for o caso;
- VII. Realizar, quando necessária, limpeza dos locais de instalação dos aparelhos, tomando também providências para evitar a incidência de insetos e animais prejudiciais aos mesmos;
- VIII. Após a nomeação do Executor do Contrato, enviar à CONTRATADA o nome do mesmo e sua locação, conforme o local onde se encontram instalados os equipamentos e seus componentes, por ocasião do início dos serviços contratuais;
- IX. Efetuar o pagamento conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.



Parágrafo Segundo - Constitui obrigações da CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos contratados, nos termos da legislação vigente, bem como pelo transporte e segurança do produto e condutores, eventuais acidentes e conseqüentes danos ambientais que possam ocorrer no trânsito da mercadoria;
- II. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao SLU/DF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o SLU/DF fiscalizar seu acompanhamento;
- III. A CONTRATADA será a única e integral responsável por todos os encargos de natureza fiscal, tributária e trabalhista, decorrentes da execução do fornecimento, cabendo apresentar ao SLU/DF, quando exigido, comprovantes dos pagamentos;
- IV. Fornecer os produtos, objeto deste Termo, dentro da melhor técnica, bem como repor, por sua conta e responsabilidade, aqueles considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo o pactuado, ficando a critério do SLU/DF aprovar ou rejeitar os produtos;
- V. A CONTRATADA deverá fornecer, junto com o produto, documento contendo informações sobre a forma correta e adequada de estocagem do produto;
- VI. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do presente contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais;
- VII. A CONTRATADA tem obrigação de corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento.
- VIII. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Nona – Da alteração contratual

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei 8.666/93, veda a modificação do objeto.

Cláusula Décima – Das penalidades

- I. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Instrumento, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto nº 26.851/96, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 103, de 31 de maio de 2005, modificado pelos Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006 e 35.831/201, os quais regulamentaram a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais, Lei nºs 8.666/93 e 10.520/2002.



- II. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste contrato, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/1993, no âmbito da Administração direta, autárquica, fundacional e das empresas públicas do Distrito Federal, observarão as regras estabelecidas nos citados normativos.

Cláusula Décima Primeira – Da rescisão

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo Único

O contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dia, sem interrupção do curso normal da execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda – Dos débitos com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do contrato.

Cláusula Décima Terceira – Da fiscalização

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

Parágrafo Único - Do executor do contrato

O SLU/DF, por meio de Instrução, designará Executor para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, nos termos da Lei 8.666/93, art. 67 e seus Parágrafos e Decreto Distrital nº 32.598/2010.

Cláusula Décima Quarta– Da fraseologia anticorrupção

Havendo irregularidades, neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto Distrital nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

Cláusula Décima Quinta – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas em relação ao presente Instrumento.

Cláusula Décima Sexta – Da Publicação e do Registro

A eficácia deste Instrumento fica condicionada à publicação resumida pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer

no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o seu registro pelo SLU/DF.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Instrumento em 03 (vias) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Pelo SLU/DF:


HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora Geral


RONILTON GONÇALVES
Diretor de Administração e finanças

Pela CONTRATADA:


SALOMÃO ASSIS DA ROCHA CALVACANTE
Sócio

Testemunhas:


QUEZIA ALCANTARA VILA NOVA
CPF: 552.470.081-20


JOSEFA SOARES DA COSTA MELO
CPF: 214.706.341-03